



# 11<sup>a</sup> Conferência Nacional de ASSISTÊNCIA SOCIAL

5 a 8 de dezembro de 2017

## **CARTA EM DEFESA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Aprovada no Ato em Defesa da LOAS e PNAS no dia 7 de dezembro de 2017, durante a 11<sup>a</sup> Conferência Nacional de Assistência Social.

A Assistência social, como política pública consignadora de direitos sociais, é uma conquista recente da sociedade brasileira e inscreve-se no campo da proteção social, como uma estratégia de ampliação da seguridade social e da agenda protetiva pública. Por meio da assistência social, direitos sociais constitucionalmente estabelecidos adquirem dimensão universal. Sua virtude fundamental não consiste, essencialmente, em alcançar as pessoas mais pobres; sua validade afirma-se na ressignificação e no alargamento da seguridade social. Com esse entendimento, conclui-se que as reformas em curso ameaçam profundamente o pacto social inscrito na Constituição Federal de 1988, comprometendo os princípios e fundamentos que conformam a Carta Constitucional, notadamente, a justiça social e a dignidade da pessoa humana.

Ao celebrar 24 (vinte e quatro) anos de promulgação da LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, em meio à realização da 11<sup>a</sup> Conferência Nacional de Assistência Social, usuários, trabalhadores, entidades socioassistenciais, gestores, pesquisadores e militantes desta política, vêm a público manifestar-se em defesa das conquistas acumuladas ao longo destas quase duas décadas e meia. Inspirados (as) pelo tema que orientou todo esse processo conferencial, cada pessoa que assina este documento, reafirma a garantia de direitos como estratégia central para o fortalecimento do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. Trata-se de um compromisso ético e político, assegurado pelos princípios e diretrizes desta política, expressos nos Art. 4 e 5 da Lei 8.742, que vêm se materializando, graças aos esforços e lutas de uma legião suprapartidária de militantes, por meio de estratégias pactuadas em conselhos, conferências e instâncias de gestão colegiada.



# 11<sup>a</sup> Conferência Nacional de ASSISTÊNCIA SOCIAL

5 a 8 de dezembro de 2017

Considerando o significado desta política para a sociedade brasileira conclamamos a toda população brasileira para tomar parte desta luta contra a criminalização da pobreza, o retrocesso diante de direitos já conquistados, a redução do financiamento já limitado para o SUAS, a precarização do trabalho no âmbito da política e o desrespeito às instâncias de controle social.

Para que o Brasil possa consolidar um sistema de proteção social universal, justo e solidário, é fundamental seguir avançando no desenvolvimento de estratégias que reafirmem a segurança de renda como um direito, o desenvolvimento da autonomia dentro e fora dos serviços, além, de uma rede protetiva com condições (garantia de pessoal, recursos financeiros e infraestrutura) para prover uma acolhida qualificada, pavimentando o acesso pleno ao convívio familiar e comunitário.

Neste momento de defesa do SUAS, chamamos a atenção de gestores públicos e legisladores, para que possamos avançar na consolidação de estratégias que amplifiquem os debates e as proposições para a consolidação legal de direitos socioassistenciais, da gestão descentralizada e do fortalecimento da participação da sociedade civil em instâncias de controle social.

Um SUAS forte e do povo brasileiro precisa respeitar e valorizar os trabalhadores, empoderar os usuários, capacitar permanentemente seus gestores, aproveitando todo o potencial da rede não estatal.

Brasília – DF, 7 de dezembro de 2017.

**Plenária da 11<sup>a</sup> Conferência Nacional de Assistência Social**